

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA INSTRUMENTAL
PARA PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

ELISABETE TERESINHA DE ARAÚJO PIMENTEL

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO MÉDIO

Porto Alegre

2019

ELISABETE TERESINHA DE ARAUJO PIMENTEL

O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Informática Instrumental, pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. João Cesar Netto

Porto Alegre

2019

ELISABETE TERESINHA DE ARAUJO PIMENTEL

O ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Informática Instrumental pelo Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CINTED/UFRGS.

Aprovado em: ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. João Netto
Professor Orientador

Professor (a) (Banca examinadora)

Professor (a) (Banca examinadora)

Professor (a) (Banca examinadora)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitor: Profa. Dra. Jane Tutikian

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Dr. Celso Loureiro Gianotti Chaves

Diretor do CINTED: Prof. Dr. Leandro KrugWives

Coordenador do Curso: Prof. Dr. José Valdeni de Lima

Vice-Coordenador do Curso: Prof. Dr. Leandro KrugWives

Bibliotecária-Chefe do Instituto de Informática: Beatriz Regina Bastos Haro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado saúde e força para superar minhas dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que me oportunizaram a realização de um sonho, que era fazer pós-graduação.

A minha família pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

RESUMO

Sabe-se que o Ensino Médio é a etapa de conclusão do Ensino Básico, sendo assim, ele se torna um elo entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior. Hoje algumas instituições de ensino oferecem esta modalidade em EaD simultaneamente com o ensino profissional. No entanto, existem regras que precisam ser seguidas e que estão inseridas na LDBN e fixadas pelo Conselho de Educação. O Ensino à Distância no Ensino Médio é um tema que tem levantado muitas discussões, para tanto, o presente trabalho tem como objetivo verificar como está ocorrendo a implementação do Ensino à Distância no ensino médio e a visão de professores de escolas públicas no RS em relação a essa modalidade de ensino. A pesquisa foi realizada no contexto escolar, com cinco professores que atuam no ensino médio em diferentes redes (municipal, estadual e particular). A pesquisa é descritiva, de caráter qualitativo, e utilizou-se do método de estudo de caso. A coleta de dados ocorreu individualmente, por meio de entrevista semi-estruturadas com perguntas abertas. Os dados foram analisados de forma qualitativa. Os resultados apontam que na visão dos professores a reforma do ensino médio é importante, que tem bons objetivos, mas que apresenta aspectos negativos em relação ao processo ensino-aprendizagem e à realidade dos alunos; que as escolas estão despreparadas quanto à infraestrutura e tecnologia para a implementação dessa reforma e do ensino à distância; que a realidade de muitos alunos não condiz com o que é esperado nesse novo ensino médio; que a maioria dos professores não se sente preparado para essa nova modalidade de ensino, e que educação a distância exige muito preparo e planejamento do professor, e uma constantemente busca por aperfeiçoamento. Por ser um tema complexo, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas.

Palavras-chave: Educação a Distância. Ensino médio. Educomunicação.

ABSTRACT

It is known that middle school is the stage of completion of basic education, so it becomes a link between the elementary and higher education. Today some educational institutions offer this mode in EaD simultaneously with vocational education. However, there are rules that must be followed and that are inserted in the LDBN and fixed by the Board of education. Distance learning in high school is an issue that has raised many discussions, for both, the present work aims to check how is occurring the implementation of distance learning in high school and the vision of teachers of public schools in this mode of teaching. The survey was conducted in the school context, with five teachers who work in high school in different networks (municipal, State and private). The research is descriptive, qualitative character, and using the case study method. Data collection occurred individually, by means of semi-structured interviews with open-ended questions. The data were analyzed qualitatively. The results indicate that in the view of teachers of high school reform is important, which has good goals, but that presents negative aspects in relation to the teaching-learning process and the reality of the students; the schools are unprepared as regards infrastructure and technology for the implementation of this reform and education in the distance; that the reality of many students does not match what is expected in this new high school and whereas most teachers do not feel prepared for this new mode of teaching, and that distance education requires a lot of preparation and planning of the professor, and a constantly search for improvement. Because it is a complex issue, it is suggested that further research be carried out.

Keywords: Distance education. High school. Educommunication.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| EaD | Educação à Distância |
| FUNDEF | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério |
| LDBN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| TICs | Tecnologias de Informação Comunicação |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 12 |
| 1.1 A legislação que regulamenta a educação a distância | 13 |
| 1.2 A educação à distância na prática e a atuação do professor | 14 |
| 1.3 Elementos e princípios que constituem a qualidade na EaD | 16 |
| 2 EDUCOMUNICAÇÃO: A BUSCA DO DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO- COMUNICAÇÃO | 18 |
| 2.1 Educomunicação e ensino | 19 |
| 2.2 Perfil do professor educador..... | 20 |
| 2.3 O Ensino a distância e a educamunicação | 21 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 22 |
| 3.1 A visão dos professores quanto à Reforma do Ensino Médio..... | 23 |
| 3.2 A infraestrutura das escolas e a realidade dos alunos ao acesso à tecnologia da EaD | 24 |
| 3.3 O preparo dos professores para a implementação do ensino à distância..... | 24 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 26 |
| REFERÊNCIAS | 27 |
| ANEXOS – ENTREVISTA | 29 |

INTRODUÇÃO

Vivemos uma grande transformação na área do desenvolvimento tecnológico, fazendo-nos refletir sobre as práticas pedagógicas e as relações com a tecnologia da informação e comunicação (TICs). Sobre essa temática é importante ressaltar que diversas esferas da sociedade dependem ou dependerão do domínio dessa habilidade. Nas escolas não é diferente, um dos maiores desafios, além de promover uma educação de qualidade, é a busca de qualificação dos alunos, buscando desenvolver as habilidades em relação às tecnologias existentes, pois nos dias atuais a internet possibilita que os educandos utilizem diferentes estratégias de aprendizagem a seu favor. Com tantas mudanças a reforma do ensino médio é urgente em nosso país e não nos utilizarmos das mídias para que isso aconteça será desastroso.

Há um crescente desenvolvimento da Educação a Distância (EaD) no Brasil, temos por conhecimento que alguns cursos da Educação Superior podem ser ministrados em duas modalidades, sendo a modalidade presencial e à distância.

O conceito de Educação a Distância no Brasil define-se no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, em seu Art. 1º, como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2017, *web*).

Desta forma, observamos que a proposta em EaD objetiva o processo de ensino aprendizagem, em que o professor é o mediador que fará uso destas tecnologias e ferramentas de comunicação e informação para o planejamento de suas aulas e conteúdo.

Sendo assim, a modalidade EaD ganha espaço na nossa realidade educacional, abrindo discussão sobre a sua introdução também no ensino médio, assunto este que tem dividido docentes, mas que já faz parte, a cada dia mais da nossa realidade educacional.

Dito isso, este trabalho tem como objetivo verificar como está ocorrendo a implementação do ensino à distância no ensino médio, e a visão de professores em relação a essa tecnologia, em escolas do Rio Grande do Sul.

A estrutura desse trabalho será apresentada da seguinte forma: no primeiro capítulo será abordada a educação à distância: a legislação que regulamenta essa modalidade de ensino, a EaD na prática e a atuação do professor, e os elementos e princípios que constituem a qualidade na EaD. No segundo capítulo, intitulado Educomunicação: a busca do diálogo entre educação-comunicação descreve-se o que é a educomunicação, sua relação com o

ensino, e o perfil do professor educador. No terceiro capítulo são explicados os procedimentos metodológicos, apresentando-se os resultados obtidos e a análise dos mesmos. Por fim são apresentadas as considerações finais.

1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que alterou as diretrizes e bases da educação nacional, (nº9.394, de 20 de dezembro de 1996), diz que: Art. 24 1º: A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo o sistema de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de dois de março de 2017. E que, dentro destas 400 horas, fosse oferecido o ensino a distância.

A presente pesquisa tem como objetivo verificar como está ocorrendo à implementação do ensino à distância no ensino médio, e a visão de professores de escolas públicas no RS em relação a essa modalidade de ensino. Para isso é necessário trazer o conceito de educação à distância.

A Educação a Distância é definida, pela legislação do Brasil (Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017), como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, *web*).

A EaD no Brasil, de acordo com Gomes (2013, p. 13), “foi criada e se desenvolveu por meio de iniciativas privadas e decretos governamentais, cumprindo uma trajetória que acompanha a introdução e o crescimento de cada tecnologia no país”. Diante disso, é importante conhecer um pouco da história dessa modalidade de ensino no Brasil.

Pesquisas revelam que por volta do ano de 1900, já havia anúncios em jornais a respeito de cursos de datilografia oferecidos por professores particulares. Já no ano 1904 as escolas de ensino a distância foram oficialmente instaladas. Essas escolas tinham a intenção de capacitar pessoas que desejavam entrar no mercado de trabalho, principalmente nas áreas do comércio e no setor de serviços. Ao se matricularem as pessoas recebiam por correspondência seus materiais didáticos.

Com o passar dos anos, os métodos de ensino foram evoluindo, novos cursos foram surgindo, juntamente com novas escolas. Com isso as correspondências tornaram-se ultrapassadas e aos poucos, foram substituídos por meios mais modernos, como rádios, TV, internet, chat, vídeos conferência, entre outros.

Tamanha foi à procura por essa modalidade de ensino, que foram necessárias se estabelecer regras para que não fosse comprometida a qualidade deste tipo de ensino. Em 1961 foi criada, no Brasil, a primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), primeira legislação sobre nossa educação, porém, foi só em 1996 com a atualização dessa lei é que a EaD passou a ser reconhecida como modalidade de ensino em todos os níveis, tanto na graduação, como na educação básica. Conforme está estabelecido na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Art. 80: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, *web*).

Em 1998, através do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define em seu Art. 1º que a Educação a Distância é uma forma de ensino “que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação” (BRASIL, 1998, *web*).

Em 2005 é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), estado e municípios, integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior à distância. Um ano depois entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade à distância (decreto esse revogado pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017).

1.1 A legislação que regulamenta a educação à distância

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) ofertou estatuto de autonomia para a educação a distância, garantindo-lhe o incentivo do poder público e espaço amplo para atuação em todos os níveis e modalidades, como mostra nos parágrafos do seu Art.80:

§ 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, *web*).

O MEC regulamentou a educação à distância em todo território nacional. A partir de agora, as instituições de ensino superior podem ampliar a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação à distância. Uma das principais mudanças está na criação de polos de EaD pelas próprias instituições de ensino e o seu credenciamento.

O Decreto nº 9.057/2017 atualiza a legislação sobre o tema, conceitua a educação à distância e fixa as diretrizes para autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos EaD. Além disso, este decreto tratou, de forma detalhada, como seriam o credenciamento das instituições e polos, bem como a autorização, reconhecimento e renovação de cursos. (BRASIL, 2017, *web*).

Nessa modalidade, as mudanças devem atender ao novo ensino médio que terão seus critérios definidos pelo MEC em conjunto com os sistemas de ensino, Conselho Nacional de Educação (CNE), conselhos estadual e distrital da educação e secretarias de educação estadual e distrital, para aprovação de instituições que desejam ofertar a modalidade à distância.

Esse decreto estabeleceu que:

- a. Os cursos à distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, obedecendo, quanto for o caso, às diretrizes curriculares nacionais;
- b. As instituições, para oferecerem cursos de EaD que conduzam a certificados de conclusão ou diplomas de EJA, educação profissional, ensino médio e graduação, necessitam de credenciamento especial do MEC;
- c. Os credenciamentos e autorizações terão prazo limitado de cinco anos;
- d. É facultada a transferência e o aproveitamento de créditos dos alunos de cursos presenciais para cursos de EaD e vice-versa;
- e. Os diplomas e certificados de EaD terão validade nacional;
- f. As avaliações com fins de promoção, certificação ou diplomação, serão realizadas por meio de exames presenciais, sob a responsabilidade da instituição credenciada.

1.2 A educação à distância na prática e a atuação do professor

O poder público postergou o que se refere à implementação do ensino a distância nos termos que foram definidos pela LDBN, pois ela previu a oferta de cursos em todas as modalidades de ensino, além disso, ela sugeriu que a educação a distância fosse desenvolvida por meio de iniciativas públicas, porém, a arrancada desta modalidade se deu por meio da rede privada.

Houve, na década de 1990, um investimento na expansão da rede escolar sobre a educação básica, realizado a partir do Art. 212 da Constituição Federal de 1988, com o apoio do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), porém, ainda assim o ensino fundamental seria um nível que não ofereceria diretamente cursos à distância, prevendo esta modalidade de ensino somente para os jovens e adultos.

A modalidade EaD poderia atuar amplamente no ensino médio e no ensino profissionalizante, além de todas as modalidades do ensino superior. Entretanto, o ensino a distância cresceu rapidamente na área do ensino superior, tornando-se um fenômeno, pois seu maior foco tornou-se a formação de professores para a educação básica indo ao encontro com o cumprimento do Art. 87 da LDBN que diz que: “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 1996, *web*).

Com o crescente avanço tecnológico na área da educação, é preciso focar nosso olhar para a formação de quem irá formar o ‘formador’, ou seja, é de extrema importância a formação e preparo dos professores que atuarão na área da modalidade do ensino a distância. Para que isso se concretize de fato, dois fatores merecem atenção especial: a disponibilização de materiais didáticos de qualidade para o ensino a distância e a mediação tecnológica dos meios de comunicação e informação, que são determinantes para o bom desempenho do professor em sala de aula. Além disso, o professor precisa estar atento, verificando se os alunos estão assimilando os conteúdos e se os recursos estão contribuindo de forma significativa na aprendizagem deles, pois cabe ao professor o papel de mediador de conhecimento e motivação.

O professor deve considerar que os alunos de cursos à distância devem ser incentivados cada vez mais a participar ativamente das discussões, das atividades e expressar sua opinião. Caso contrário, corre-se o risco de que o aluno seja “passivo”, apenas lendo os materiais do curso, sem possibilidade de expressar suas dúvidas e de trocar experiências com os colegas (ALMEIDA, 2011, p.42).

Portanto, a docência na educação do ensino a distância possui grandes responsabilidades, sendo ainda importante que, a formação do professor que atuará no ensino a distância, contemple as especificidades próprias com relação ao uso adequado das ferramentas tecnológicas, pois estas ferramentas contribuem de maneira positiva ou negativa no decorrer das aulas, dependendo de seu manejo.

1.3 Elementos e princípios que constituem a qualidade na EaD

O currículo, não se refere exclusivamente à organização da grade escolar, primeiro são considerados os que vão participar do processo de ensino aprendizagem, com sua bagagem cultural e vivência, levando em conta o conhecimento de cada área. Porém, para que esse processo ocorra, são necessárias metodologias de ensino definidas, respeitando os objetivos do programa já estabelecidos.

Outro aspecto relevante é que para construir e implementar esse currículo precisamos de dois elementos fundamentais, são eles: legislação e a cultura da organização social da instituição. É necessária uma avaliação baseada na valorização dos recursos humanos, levando em consideração todo o quadro de funcionários (coordenadores pedagógicos, executivos da área da tecnologia e da logística, bem como professores regentes ou tutores, além dos técnicos da área da informática, e do setor administrativo), que serão responsáveis por todo o funcionamento do programa de educação na modalidade à distância.

Há também outros elementos importantes para a qualidade do ensino a distância, os recursos financeiros e o marketing. Os recursos financeiros precisam estar dimensionados para o modelo de EaD que será implementado levando em consideração não só o investimento inicial, mas de forma contínua para a manutenção das instalações, materiais didáticos, formações docentes, etc. E assim o marketing terá um papel fundamental na divulgação do ensino à distância.

Após definirmos o currículo é preciso definir todo o material didático, ou seja, nos preocuparmos com a linguagem e suportes tecnológicos. No entanto o programa de EaD só se efetiva de fato se respeitarmos as diretrizes da legislação relacionada à especificidade do projeto pedagógico relacionado ao curso.

A EaD possui princípios próprios relacionados à educação sendo eles; a interação à distância, a interação social e comunicação internacional, a aprendizagem não linear, a responsabilidade pela autoaprendizagem e a auto avaliação.

A interação a distância se refere à relação entre professores e alunos no processo de ensino aprendizagem em que eles não compartilham do mesmo espaço físico. Já a interação social comunicativa inclui as interações entre os diferentes participantes do processo de aprendizagem, incluindo o professor, o aluno e o tutor.

A ação comunicativa, seja a ação por parte do professor ou por parte do aluno, foi modificada no decorrer do século XX, deixando de ser unidirecional, ou seja, o professor deixou de ser um mero transmissor de conhecimento pronto para um aluno que era apenas um receptor, e passou a ser bi e multidirecional, onde os alunos são questionadores se tornando construtores e interlocutores de sua própria aprendizagem.

Outro princípio educativo relevante da EaD é a colaboração que requer do aluno que ele compartilhe saberes e experiências entre os outros buscando reelaborar o conhecimento ou produzir novos conhecimentos.

Conforme Cortelazzo (2010, p.20) “o professor manifesta sua presença pedagógica mediando a definição de tópicos, construindo significados em conjunto e orientando a integração da presença social e cognitiva no processo educacional formal”.

Percebemos assim, que na EaD a colaboração existente entre tutor e o aluno é de extrema importância. Sendo assim, faz-se necessário que ocorra a acessibilidade no que se refere ao programa educacional e sua plataforma tecnológica, que irá possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento que precisam estar disponíveis para que os alunos possam usá-los de forma efetiva.

2 EDUCOMUNICAÇÃO: A BUSCA DO DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO-COMUNICAÇÃO

O mundo está vivenciando a era das mídias sociais e da comunicação, em que todos têm acesso a novas gerações de comunicação e de suas tecnologias, que também estão no centro do processo formativo. As diretrizes propostas na LDBN para o Ensino Médio previam mudanças para que esta modalidade abandonasse a perspectiva conteudista e fragmentada, e adotasse uma visão mais ampla e interdisciplinar do ensino, baseada em diferentes áreas de conhecimento, tais como: linguagem, códigos e suas tecnologias, ciências humanas e suas tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas tecnologias.

A educomunicação é, de acordo com Soares (2011, p. 44):

Um conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação dos processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas, e ampliar capacidade de expressão das pessoas.

No séc. XXI floresceram importantes experiências educomunicativas no espaço do ensino fundamental e médio, mediante ações patrocinadas pelo poder público. Um dos projetos que se destacou foi o Educom-rádio-Educomunicação pelas ondas do rádio. Em decorrência deste curso, a escola passou a ter direito a receber um kit de produção radiofônica que possibilitava a montagem de um pequeno estúdio. Isso mobilizou grupos de alunos que acabaram desenvolvendo suas habilidades em relação à leitura e escrita e, além de favorecer o domínio da linguagem, ampliou os conhecimentos sobre a operação técnica.

Um ambiente escolar educomunicativo caracteriza-se justamente pela opção de seus construtores e a abertura à participação, garantindo a boa convivência entre os indivíduos (direção, docentes e alunos), que por esse meio relacionam-se. Quando pensamos no ecossistema comunicativo no ensino médio, estamos nos referindo a um projeto educativo que tem como meta a qualidade dos relacionamentos, colaborando com a busca por resultados mensuráveis. Ou seja, a educomunicação, enquanto eixo transversal ao currículo traz para o ensino médio a perspectiva da educação para a vida, de trocas de ideias, tolerância em ouvir, de saber argumentar, de construção da democracia, valorização de sujeitos e de criatividade. A educação, segundo Soares (2011, p.17) “só é possível enquanto ação comunicativa, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesmo, como um fenômeno presente em todos os modos da formação humana”.

O ensino médio tradicional encontra-se cada vez mais fragmentado, e um novo modelo de ensino médio brasileiro está sendo definido a partir da LDBN (1996) e dos documentos emitidos pelo MEC, entre os quais os textos relacionados à educação profissional de nível médio mostram que não está fora do propósito identificar a inter-relação entre comunicação e a educação como uma interface estratégica a ser considerada.

O ensino médio precisa ser revisto a partir de novos paradigmas, convidando a educação formal a assimilar relações não formais.

2.1 Educomunicação e ensino

Existem muitos debates em torno do binômio educação *versus* currículo, identificando que a lógica da construção de cidadania tem sido um dos principais elementos estruturadores que abordam as expectativas em relação à reforma do ensino médio no Brasil (SOARES, 2011).

Uma das grandes preocupações são os princípios pedagógicos a serem atingidos nessa busca, conceitos tais como: currículo por competências, contextualização dos conteúdos, interdisciplinaridade, aprendizagem significativa. Sobre este aspecto os alunos que frequentam a escola devem aprender o que faz sentido, pois eles precisam saber e resolver problemas relevantes da sua vida real.

A escola é um espaço democrático e dinâmico, voltado para a formação de indivíduos plenamente capazes de participar da sociedade. Esta política pública que está sendo construída pretende tomar a educação básica como um instrumento marcado pelo multiculturalismo, pelas tecnologias de informação, da imagem e o da comunicação.

Sob este ponto de vista em discussão podemos apresentar a educomunicação como uma opção a ser considerada na formação docente e na estrutura curricular que se trabalha na sala de aula, isso tornará a vida dos docentes e dos alunos mais atrativa e produtiva durante o período em que estiverem na escola.

De acordo com Lima *apud* Soares (2011, p.52) “talvez somente quem eduque por profissão possa promover, de fato, a parcela mais profunda desse diálogo com o novo e conectá-lo com a prática escolar”. Os educadores, segundo Soares (2011, p.52),

São profissionais que não duvidam de que os jovens estão aprendendo muitas coisas pela TV, na internet ou nos games, entendendo que as experiências desses jovens com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) evidenciam não apenas o

caráter estimulante que elas podem ter em processos educativos, mas também de forma como o emprego delas reconfigura modos de olhar para o mundo.

Nós, enquanto educadores sabemos que principalmente no ensino médio precisamos trazer para dentro da sala de aula o brilho nos olhos que vemos nas crianças, quando estão navegando na internet, ou vão ao cinema, pois hoje vivenciamos uma cultura cheia de possibilidades que podem ser aliadas na nossa prática docente.

Pode-se observar que a tecnologia vem se transformando na grande aliada da juventude e o uso constante dos recursos de comunicação tem modificado alguns conceitos de aprendizagem, fazendo com que a tecnologia se torne a maior aliada do professor.

2.2 Perfil do professor educador

A primeira geração de educador foi constituída por personagens, que por sua atuação e sua reflexão teórica, podem se configurar como os percursores de campo, como por exemplo: Paulo Freire e Marco Kaplun. Estes dois especialistas e pesquisadores contribuíram, enquanto pesquisadores e gestores de projetos, para o entendimento da natureza da interface comunicação e educação.

O educador é um profissional que tem condições de atender as demandas do ensino formal que requerem saberes apropriados, como na área da consultoria, que tem condições de atender em diferentes espaços, a produção mediática dirigida a educação e ao trabalho das organizações.

Claro que o exercício do magistério em comunicação pode ocorrer em diferentes níveis de ensino, dependendo dos currículos implantados nas escolas. No entanto, pelo que expressa a Resolução CEB nº 3 de 26 de junho de 1998 (BRASIL, 1998, *web*) o ensino médio é o que mais exige a presença deste novo docente, cabendo às escolas se organizarem para definir a forma e a sequência com que estes conteúdos serão administrados. Ressaltando que a LDBN (1996) traz que não é obrigatório às unidades escolares criarem cursos profissionalizantes voltados para o campo da comunicação social, garantindo espaços para ampliação do âmbito de conteúdos a serem tratados por um docente educador.

O que precisamos ter claro é que será preciso atender as normas estabelecidas pela LDBN em relação à reforma do ensino médio, com isso neste novo contexto de multitarefas, o novo profissional da educação precisará realizar várias funções e procurar desenvolver certas

habilidades tais como: planejamento, a gestão e avaliação de programas e projetos na interface comunicação/educação.

2.3 O Ensino a Distância e a educamunicação

Nos dias atuais está cada vez mais claro que ter poder nos âmbitos econômico, social, político ou educacional, passa necessariamente pelo controle da comunicação (CASTELLS, 2007). Existe uma preocupação com o relacionamento e a comunicação que a tecnologia trouxe para o nosso cotidiano.

Essa preocupação não é nova, pois, nos anos de 1960 e 1970 a comunicação era controlada por grupos que disseminavam ideias, manipulando, principalmente o sistema capitalista. E devido a isso, surgem, na década de 1980 e 1990, organizações não governamentais preocupadas com esse descontrole, que passam a desenvolver inter-relações entre comunicação e educação, e criam a educomunicação.

O sistema EaD utiliza-se da educomunicação, pois a inter-relação comunicação e educação se estabelece na transformação dos espaços comunicativos das comunidades envolvidas em ecossistemas comunicacionais expressivos, a partir de uma gestão democrática, participativa e criativa da ação comunicativa (SOARES, 1999).

O sistema de educação a distância e a educação/comunicação precisam de tecnologias, veículos de comunicação acessíveis, para atingirem o grande público que utilizam-se dessa modalidade de ensino.

As atividades que um tutor EaD pode oferecer com o uso da educomunicação serão administradas de forma a dar mais oportunidades para que haja troca de informações entre alunos e tutor o que enriquece grandemente o conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo desta pesquisa, que visa verificar como está ocorrendo a implementação do ensino a distância no ensino médio em escolas públicas no RSe a visão dos professores em relação a essa modalidade de ensino, num primeiro momento realizaram-se pesquisas de cunho bibliográfico, para o embasamento teórico sobre a temática abordada.

A pesquisa é descritiva, de caráter qualitativo, e utilizou-se do método de estudo de caso. As pesquisas descritivas, de acordo com Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. O estudo de caso segundo Yin (2001), é um método de pesquisa que permite que os pesquisadores aprendam as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, por meio de uma investigação empírica.

O presente estudo foi realizado com 5 (cinco) professores que atuam no ensino médio (primeiro, segundo e terceiro ano), na rede estadual de ensino, no Estado do Rio Grande do Sul, que trouxeram suas experiências e ponto de vista em relação à reforma do ensino médio. A coleta de dados ocorreu, individualmente, por meio de entrevista semiestruturada com perguntas abertas (Anexo I). As entrevistas foram enviadas em setembro de 2018, via e-mail para 20 (vinte) professores, dos quais somente 5 (cinco) devolveram com tempo hábil para que pudesse concluir minha pesquisa, as quais seguem abaixo:

- a) Qual a sua opinião sobre a lei nº 13.415, de fevereiro de 2017?
- b) Em sua opinião, os alunos que você atende nas escolas tem acesso à internet em casa?
- c) A escola em que você leciona possui sala de informática e acesso à internet para que os alunos façam pesquisas pertinentes a sua disciplina?
- d) Vivemos diariamente o crescente avanço tecnológico na área da educação, desta forma é preciso focar nosso olhar para a formação de quem irá formar o ‘formador’, ou seja, é de extrema importância a formação e preparo dos professores, você sente-se preparado para orientar seus alunos com relação a pesquisas e estudos na internet no EaD?

Essas questões foram formuladas com o intuito de verificar se os professores têm conhecimento da lei nº 13.415/2017; se os mesmos consideram que os alunos têm realmente acesso a internet para realização das tarefas a distância; e se eles se sentem preparados para orientar os alunos na modalidade à distância. De forma geral, estão englobados nessas questões como esses professores veem o processo de educomunicação no ensino a distância, já que a educomunicação requer um “conjunto de ações inerentes ao planejamento,

implementação e avaliação dos processos, programas e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos” (SOARES, 2011, p. 44).

Para manter o sigilo dos participantes da pesquisa, os mesmos serão identificados como P1, P2, P3, P4 e P5. Os dados foram analisados de forma qualitativa, e para melhor compreensão dos mesmos foram formuladas três categorias a partir do conteúdo das respostas dos participantes, que são: A visão dos professores quanto à reforma do ensino médio; A realidade das escolas e dos alunos quanto ao acesso à tecnologia, e; O preparo dos professores para a implementação do ensino à distância. Os resultados seguem abaixo.

3.1 A visão dos professores quanto à Reforma do Ensino Médio

Quando questionados qual era sua opinião sobre a Lei nº 13.415/2017, que trata da reforma e da implementação do ensino a distância no Ensino Médio, nota-se que houve certo consenso entre os respondentes. O P3 respondeu da seguinte maneira: *“Acho importante, mas somente o aumento de número de horas não qualifica o processo ensino – são necessárias outras medidas conjuntas para a qualificação da educação”*. A fala do P3 está de acordo com o que diz Maciel (2019, p. 3), “a ampliação da carga horária, por si só, não gerará os efeitos esperados de enfrentar o problema de grave defasagem na qualidade do ensino médio brasileiro”.

Quando questionado qual sua visão sobre a reforma do ensino médio, o P2 respondeu: *“Para que haja aumento de carga horário é preciso mais professores, quanto ao EaD é uma alternativa, desde que se cobrem essas atividades”*. Segundo Maciel (2019, p. 3), “nas atuais condições das escolas e de trabalho dos professores, o aumento da carga horária poderá até mesmo repercutir negativamente, pela falta de recursos humanos, físicos e financeiros”, ou seja, essa ideia complementa a fala trazida pelo P2.

Já o P4 respondeu: *“Penso que a lei tem um objetivo ótimo, porém não adequado à realidade de uma grande parcela dos alunos”*. A fala do P4 vai ao encontro do que diz Leão (2018, p. 16), quando fala sobre a realidade do jovem no ensino médio: “Não tem sentido pensar conteúdos, formas de organização, tempos, espaços e processos avaliativos sem compreender e reconhecer suas demandas, necessidades e especificidades”.

Percebe-se que a maioria dos participantes respondeu que a Reforma do Ensino Médio é uma reforma importante, mas que ao mesmo tempo, trouxeram aspectos negativos da

mesma.

3.2 A infraestrutura das escolas e a realidade dos alunos ao acesso à tecnologia da EaD

Muitas escolas estão despreparadas quanto à infraestrutura e tecnologia para a implementação da reforma do ensino médio e do ensino à distância. De acordo com Maciel (2019, p. 10) “a falta de infraestrutura física e docente básica nas escolas, empecilho para o qual a lei não prevê soluções”.

Quando questionados sobre a estrutura das escolas e se seus alunos possuem acesso à internet em casa, para aulas em EaD, as respostas dos professores dividiram opiniões. De acordo com o P1, sobre a estrutura da escola: *“Possui a estrutura física, mas não existem profissionais de apoio e a estrutura é terrível”*, e sobre se seus alunos possuem acesso à internet em casa para realização de atividades e acesso ao EaD, o mesmo respondeu: *“Acredito que a grande maioria. Hoje o acesso à internet está mais fácil”*.

Já o P4, referente à estrutura da escola respondeu que: *“A internet é restrita, muitas vezes não funciona”*, e que o acesso à internet em casa, pelos alunos: *“ainda é um “objeto” caro para o orçamento dos trabalhadores”*.

De acordo com Maciel (2019, p. 10) mesmo com a reforma do ensino médio, para garantir uma educação de qualidade “deve-se reformar a infraestrutura física e mudar o projeto pedagógico das escolas, de forma a ser efetivamente integrador e possibilitar que elas se tornem um espaço de formação e humanização”.

A realidade econômica de muitos alunos é um empecilho para sua educação, principalmente no ensino médio. A pobreza e as desigualdades refletem na experiência escolar, pois muitos jovens buscam por condições básicas de vida em detrimento aos estudos (LEÃO, 2018). Isso seria uma dificuldade em relação ao EaD, pois nem todos os alunos tem condições de manter internet em casa.

Nota-se que as escolas não estão preparadas física e tecnologicamente para a implantação da reforma do ensino médio e do ensino a distância, e que grandes mudanças teriam que ocorrer para que o ensino fosse realmente eficaz e garantisse uma educação de qualidade. É possível perceber ainda, que a realidade de muitos alunos não condiz com o que é esperado nesse novo ensino médio, e isso pode ser mais um motivo de evasão por parte desses alunos.

3.3 O preparo dos professores para a implementação do ensino à distância

Vivemos diariamente o crescente avanço tecnológico na área da educação, desta forma é preciso focar nosso olhar para a formação de quem irá formar o ‘formador’, ou seja, é de extrema importância a formação e preparo dos professores.

Na entrevista, alguns dos professores disseram não se sentir preparados para essa nova modalidade de ensino no ensino médio, como se pode verificar na resposta do P5: *“Preciso fazer um curso para me sentir minimamente preparada”*; e do P3: *“Não, pois é necessária formação continuada para os docentes”*. O P4, disse que por vezes não se sente preparado, e traz ainda que: *“Já fiz cursos e sou usuário constante de cursos EaD, porém divido a grande gama que a ferramenta nos possibilita, fazer o filtro adequado aos alunos não é tarefa fácil e supõe um planejamento maior e mais aprimorando por parte do professor, que requer tempo e pesquisa constante, além da formação adequado”*.

Pode-se perceber que mesmo para professores com experiência em EaD, o fato de ensinar à distância é diferente de ensinar presencialmente. De acordo com Leite e Silva (2001, p.136), *“são necessárias diferentes habilidades de apresentação da informação e de planejamento, desenvolvimento e avaliação de estratégias de ensino nas quais professor e aluno estejam distantes fisicamente”*. O ensino a distância:

Impõe a necessidade de novas aprendizagens por parte de quem a planeja, desenvolve e avalia, implicando, inclusive, na necessidade de que seja construída uma nova maneira de compreender o processo de ensino-aprendizagem (LEITE E SILVA, 2001, P.137).

É possível notar que a educação a distância exige muito preparo e planejamento do professor para que ocorra de uma forma eficiente, então o professor tem que buscar constantemente aperfeiçoamento de seus saberes, e também a formação continuada.

CONCLUSÃO

Uma notícia envolvendo supostas mudanças no ensino médio causou polêmica e dividiu opiniões entre os profissionais da área da educação.

Com objetivo de verificar como está ocorrendo à implementação do ensino à distância no ensino médio, e a visão de professores de escolas públicas no RS em relação a essa modalidade de ensino, pode-se afirmar, com base nos resultados, que o objetivo desta pesquisa foi alcançado.

Por meio deste trabalho, pode-se perceber que a Reforma do Ensino Médio na visão de professores do RS é uma reforma importante, que tem bons objetivos, mas que apresenta aspectos negativos em relação ao processo ensino-aprendizagem e à realidade dos alunos. Percebeu-se também que as escolas estão despreparadas quanto à infraestrutura e tecnologia para a implementação da reforma do ensino médio e do ensino à distância, e que a realidade de muitos alunos não condiz com o que é esperado nesse novo ensino médio.

Por fim, foi possível perceber também que a maioria dos professores não se sente preparado para essa nova modalidade de ensino no ensino médio, e que educação a distância exige muito preparo e planejamento do professor, e uma constantemente busca por aperfeiçoamento.

Sugere-se que os resultados podem ser influenciados pela região demográfica, assim como pelo acesso às informações do grupo pesquisado, o que caracteriza uma limitação desta pesquisa. Portanto, em trabalhos futuros, é importante a realização de novas pesquisas com esta temática que possam abordar outras regiões do Brasil.

Em trabalhos futuros propõe-se que a pesquisa seja realizada com um número maior de professores, para uma melhor identificação, agrupando por tipos de escolas.

Esta pesquisa promoveu uma visão de como se sentem os professores sobre a Reforma do Ensino Médio, tanto em relação ao seu próprio preparo, ao preparo das escolas, e dos alunos. Acredita-se que esta pesquisa venha a contribuir para uma melhor compreensão da visão de professores da educação básica sobre a reforma do ensino médio.

A escola deve formar pessoas com capacidade de aprendizagem e adaptação constante. Há urgência em garantir aos jovens a possibilidade de sonhar com um mundo seguro em que eles são capazes de construir a partir de sua capacidade de se comunicar, e é o que a educomunicação tem condições de propor ao sistema educativo formal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carina Turk. **O papel do professor na educação à distância**. ÀGORA, Porto Alegre, Ano 2, jul/dez. 2011.

BRASIL. Decreto n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2494-10-fevereiro-1998-397980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 06 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB n. 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_98.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2019.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 06 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede- A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 10 ed, São Paulo, SP, Paz e Terra, 2007.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. 2 ed. Curitiba: IBPE 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Luiz Fernando. EAD no Brasil: perspectivas e desafios. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 13-22, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2019.

LEÃO, Geraldo. O que os jovens podem esperar da reforma do ensino médio brasileiro?. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 34, e177494, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100126&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LEITE, Lígia Silva e SILVA, Marília Christina Teixeira. A educação a distância capacitando professores: em busca de novos espaços para aprendizagem. **Revista de Tecnologia Educacional** – RJ - V.30 (152/153).p.136 -143, jan/jun. 2001. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/midias/files/2012/04/a-educa%c3%87%c3%83o-a-dist%c3%82ncia-capacitando-professores.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MACIEL, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. Uma Avaliação da Lei nº 13.415/17 a partir da Legística e das Metas do PNE. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84925, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300603&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato: Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação**, Brasília, DF, ano 1, n. 2, p. 19-74, jan./mar. 1999.

_____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio**. São Paulo: Paulinas, 2011.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

ANEXO I - ENTREVISTA

Entrevista para conclusão do curso de especialista em informática instrumental para
Professores da Educação Básica da UFRGS.

Nome do (a) professor (a) pesquisado (a)?

Instituição de ensino:

() Rede Pública () Rede Privada

- 1) Qual a sua opinião sobre a lei nº 13.415, de fevereiro de 2017?
- 2) Em sua opinião, os alunos que você atende nas escolas tem acesso à internet em casa?
- 3) A escola em que você leciona possui sala de informática e acesso a internet para que os alunos façam pesquisas pertinentes a sua disciplina?
- 4) Vivemos diariamente o crescente avanço tecnológico na área da educação, desta forma é preciso focar nosso olhar para a formação de quem irá formar o 'formador', ou seja, é de extrema importância a formação e preparo dos professores, você sente-se preparado para orientar seus alunos com relação a pesquisas e estudos na internet?